

## O Ensino De “História E Cultura Afro-Brasileira”: Identidade E Cultura

**FERREIRA, Geovana Paula**<sup>1</sup> Estudante (IC)\* [geovanapaulaferreira1@gmail.com](mailto:geovanapaulaferreira1@gmail.com)

**GOMES, Wilson de Sousa**<sup>2</sup> Pesquisador (PQ)

Universidade Estadual de Goiás Câmpus Itapuranga

**Resumo.** O presente texto determina a intenção de nossa proposta de comunicação. O nosso objetivo é estabelecer um debate acerca de aspectos relacionados a nosso objeto de estudo, ligados aos conceitos de cultura, identidade e educação, referentes à formação do indivíduo. Dessa forma, a “História e cultura afro-brasileira” no contexto educacional do município de Itapuranga-GO é o objeto de estudo da pesquisa. Pensando nisso, buscamos uma discussão que apresente alguns pressupostos e resultados já alcançados em nossa pesquisa. A metodologia parte da exploração de documentos com ligação direta com a escola de ensino fundamental de 6ª a 9ª ano o Projeto Político Pedagógico - PPP, Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás, Parâmetros curriculares nacionais - PCNs, Base Nacional Comum – BNC e Livro Didático confrontando-os com a historiografia através de uma ação interpretativa, compreender aspectos que apontam se a um legado do período colonial que se faz persistente em nossas relações sociais e culturais e na educação.

**Palavras-chave:** História. Educação. "História e Cultura Afro-brasileira"

### Introdução

Pensando naquilo que norteia o ensino de história, somos levados a refletir sobre a importância que o estudo da “História e a cultura afro-brasileira” exerce para a formação de estudantes críticos e cientes de sua função social. Segundo Gomes (2011) ao professor de historia cabe à função de possibilitar aos alunos meios que “auxilie a ação crítica perante os problemas de ordem social”. Contribuindo para pensar o papel da educação para a vida e para a sociedade Carlos Rodrigues Brandão (1984) aponta que a educação acontece conforme a necessidade do contexto social em que esta inserida.

Nesse sentido, em conformidade com o entendimento de Jörn Rüsen, sobre o uso da história para a vida, e “não podemos viver sem o passado, este tem de

---

<sup>1</sup> Acadêmica do 3º ano do Curso de História da Universidade Estadual de Goiás Câmpus de Itapuranga. Bolsista da Iniciação Científica da Universidade Estadual de Goiás. Contato: [geovanapaulaferreira1@gmail.com](mailto:geovanapaulaferreira1@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestre em História pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (2015), Docente de Ensino Superior da Universidade Estadual de Goiás Câmpus de Itapuranga e Orientador da Iniciação Científica. Contato: [berimbau2005@hotmail.com](mailto:berimbau2005@hotmail.com)

estar, portanto, ao serviço da vida”<sup>3</sup>, o conhecimento histórico, seja na ciência história ou na memória cultural deve servir como orientação temporal para a vida prática e teórica dos indivíduos. Reconhecer e valorizar a história e cultura do afro-brasileiro é algo necessário, pois, há uma necessidade de reconsiderar sobre formas de pensar e agir que se mostram impregnadas de ideias preconceituosa e discriminatória que desmerecem as manifestações e História de vertentes afro e seus autores, mesmo que está presente de modo implícito.

Ao pensar a história do Brasil percebemos que a miscigenação é um processo presente em nossa nação, e também, que em um passado bem próximo, encontra-se situações em que a escravidão negra no Brasil, transforma o outro em objeto, a sua humanidade é negada<sup>4</sup>, e através das relações sociais é possível perceber que de forma velada isso ainda está arraigado na sociedade e no imaginário social sobre a cultura afro-brasileira<sup>5</sup>. De acordo com Holanda (1995), é possível perceber processos de preconceito e exclusão da cultura afro-brasileira no âmbito nacional<sup>6</sup>.

Mas, para pensarmos sobre o surgimento dessas ideias preconceituosas e discriminatórias que estão presentes no modo de agir e na forma de pensar de brasileiros em relação aos afro-americanos. Segundo Molina (2004), durante esse período mencionado, o país “recebeu um significativo contingente de africanos, transformados em escravos e tratados como mercadoria”, que contribuíram para a formação cultural e em outro do Brasil.

E apesar da situação de violência e brutalidade em que o africano encontrou e enfrentou durante a escravidão brasileira teve papel marcante em toda a história do país muito contribuiu em diversos seguimentos da sociedade, fizeram surgir uma nova cultura a partir das possibilidades encontradas aqui, e pode ser percebida como elementos de resistência a dominação. Seguindo a perspectiva da autora o escravo africano trazia consigo “uma identidade e uma história” e eram apenas

---

<sup>3</sup> \_\_\_\_\_ .*Pode-se melhorar o ontem? Sobre a transformação do passado em história*. In: SALOMON, Marlon (Org.) *História, verdade e tempo*. Chapecó-SC: Argos, 2011, p. 259- 290. (Grandes Temas; 14).

<sup>4</sup> Ver GORENDER, Jacob. *O escravismo Colonial*. 5º Ed. São Paulo: Atica, 1988.

<sup>5</sup> Através das interpretações de Anderson Oliva Ribeiro(2007) sobre o imaginário ocidental sobre a África, o africano, e afro- americano e suas representações culturais podemos acompanhar como isso foi se formando e permanece de modo implícito.

<sup>6</sup> Ver HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia da Letras, 1995.

diferentes do europeu e não inferior como sugeridos pelos discursos do colonizador para legitimar seus atos.

Autores apontam que a chegada de africanos no país teve significativa influência para a diversidade cultural, na visão de Molina uma riqueza cultural foi adquirida em função da existência e formação dessa sociedade multiétnicas. Nesse contexto, Anderson Oliva (2007), demonstra que a formação do imaginário sobre a África e suas gentes vem sendo formado desde os primeiros relatos escritos. No entanto, isso se dava de outra forma, e “a condição central não era ser branco ou negro, mas sim civilizado ou não”<sup>7</sup>.

E desse modo diversos discursos foram sendo legitimados em detrimento de outros tidos como vindo da cultura popular. Quando no período de colonização, o discurso colonial usava e apresentava argumentos para legitimar sua superioridade sobre outro, além de reconhecer e repudiar as diferenças históricas, culturais e raciais. Em conformidade com Bhabha(1998), o colonizador busca argumentos “estereotipados” sobre o colonizado como elemento de justificação.

O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução. (...). Portanto, apesar do “jogo” no sistema colonial que é crucial para seu exercício de poder, o discurso que é ao mesmo tempo um “outro” e ainda assim inteiramente apreensível e visível. ( Bhabha. 1998, p.111).

---

<sup>7</sup> Em seu *texto* (2007), é possível mapear a formação de ideias que levaram os africanos a serem vítimas de discursos estereotipados, que os inferiorizavam. A formação do imaginário sobre o africano ao longo dos tempos foi tomando outras formas, reforçado uma visão distorcida quando “com uso de instrumentais teóricos europeus surgiu uma tendência de olhar a história a partir de uma única perspectiva” com o emprego de uma visão etnocêntrica. Vale lembrar que apesar alguns pensadores entre eles Hegel, por serem homens de seu tempo usaram e apresentaram estar de acordo com o imaginário do período, sobre isso afirma Oliva que “ mesmo que pareça justo apontar para o fato de que a postura teórica de Hegel estava atualizada e em sintonia com o pensamento histórico do período, e de o conjunto de sua obra não deva ser desconsiderado por isso, sua leitura sobre os africanos são extremamente acidas. {...} sua visão da África é um claro reflexo do imaginário europeu acerca do continente negro naqueles anos”, apesar que isso influenciou trabalhos futuros. E é possível acompanhando no texto, notar que ele percebeu imagens e reflexos do imaginário construído sobre o africano em revistas, material didático que apresenta de fora preconceituosa ou apenas omite, não expressando nada sobre a temática.

Portanto, nesse sentido colocado por Bhabha, existe um “jogo” no sistema colonial que legitima o poder do colonizador, e ainda, “apropria, dirige e domina suas varias esferas de atividade”. Para Rassi, inspirada na constatação de Queiroz “os povos escravizados equiparavam-se – quando não se sobrepujavam -, em conhecimento e tecnologia, a seus escravizadores” e através dessas ideias apresentadas pode ser percebida que o africano não é inferior, apenas é apontado e levado a ser considerado de modo inferior através de discursos legitimadores<sup>8</sup>.

Considerando as contribuições do professor João José Reis<sup>9</sup>, é possível perceber muito da cultura afro-brasileira aqui no país, como também, perceber suas praticas, e possíveis discursos formados para descrever seus modos de vida, eram associados a uma serie de conduta que estaria próxima à barbárie. Aponta que foi “comentado por vários autores a partir de documentos de 1677, senão for mais um equívoco de europeus desejosos de enfatizar a barbárie” percebe-se, que mais uma vez é reforçada a ideia de discursos formados e praticas para inferiorizar o africano e afro brasileiro, os colocando de forma estereotipada, e por isso, é ressaltada ideias de textos legais, como podemos perceber nas leis de nº 10.639/2003 modificada pela lei nº 11.645/2008, que torna obrigatório as temáticas “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

Nessa perspectiva temos que houve consideráveis avanços para o reconhecimento e valorização da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, mas, ainda falta maior alcance a aplicação da lei nas escolas, talvez um repensar dessas formas de valorizar a temática, pois, “o processo de ensino de história e aprendizado na sala de aula é governado por uma estrutura da consciência histórica não reconhecida pelos próprios participantes” (RÜSEN, 2010). E por ter uma relação históricas as questões raciais em nosso país é reafirmado a importância da valorização de conteúdos específicos, além, de apontar para “uma pratica social e, como tal, constituída historicamente” segundo Foucault (1979).

---

<sup>8</sup> Por essa questão percebemos a importância do reconhecimento e valorização da cultura afro-brasileira, e isso é ressaltado nos PCNs 1999 que demonstram que é preciso reconhecer e valorizar esses grupos minoritários, entendido isso quando diz nas paginas 22 e 23 do ano de 1998: “Legitimando o discurso da democracia racial, o ensino de historia representava o africano como pacífico diante do trabalho escravo e como elemento peculiar para a formação de uma cultura brasileira, estudava os povos indígenas de modo simplificado, na visão romântica do bom selvagem, sem diferenças entre as culturas desses povos, mencionando a escravidão apenas antes da chegada dos africanos e não informando acerca de suas resistências a dominação europeia. E projetava os portugueses como aqueles que descobriram e ocuparam um território vazio, silenciando sobre as ações de extermínios dos povos que aqui viviam”

<sup>9</sup> Em *Quilombos e Revoltas escravas no Brasil* (1996).

## Material e Métodos

Segundo Marrou (1978, p. 56), a produção do conhecimento em história, se faz de acordo com a documentação disponível, pois “a história se faz com documentos”. O historiador lida com os vestígios do passado para entender as relações do presente - passado e se orientar enquanto ser temporal, ou seja, ser histórico segundo Rüsen (2010). O esforço é por meio de coleta de dados que evidenciam o que é discutido e priorizado dentro do âmbito escolar. Em busca de interpretar os tratamentos dados a questão de História e Cultura afro-brasileira no contexto das escolas de Itapuranga-Go. Partimos da exploração de documentos com ligação direta a escola de ensino fundamental especificamente de 6<sup>a</sup> a 9<sup>a</sup> ano o Projeto Político Pedagógico - PPP, Currículo Referência da Rede Estadual de Educação de Goiás, Parâmetros curriculares nacionais - PCNs, Base Nacional Comum – BNC e Livro Didático confrontando-os com a historiografia através de uma ação interpretativa, para compreender aspectos que apontam se a um legado do período colonial que se faz persistente em nossas relações sociais e culturais e na educação.

## Resultados e Discussão

Partido dos aspectos que dá forma a pesquisa em história, supomos que com a discussão de conteúdos valorizando o afro-brasileiro e sua cultura levara a mudanças positivas quanto esse aspecto de nossa realidade que ainda se mantem. Mas também, é muito importante pensar no livro didático e suas contribuições para formação escolar dos estudantes. Segundo Roberto DaMatta (1986) há aspectos que estão imbricados na sociedade brasileira que é específico do brasileiro. Por outro lado, na visão do antropólogo e professor Clifford James Geertz a cultura é como um conjunto de significados que o próprio indivíduo criou e agora usam deles e eles passam a ser uma manifestação característica daquele sujeito. Segundo

Romanelli(1985,p. 21), “a cultura não sobrevive a não se no meio social. E o instrumento de que ela se utiliza para sobreviver será inevitavelmente aquele que definirá o processo educativo”. E nesse mesmo sentido o professor Jayme paviani percebe:

“a cultura enquanto produção de obras, linguagens, comportamentos e modo de agir e pensar do homem em contato com outros, sem duvida, é o primeiro objeto de formação escolar em qualquer nível. O saber, como autoconsciência da própria cultura, é a espinha dorsal e a base do processo de ensino. Por sua vez, o ensino que não leva em consideração o meio social e histórico do homem e, ao mesmo tempo, a contribuição do conhecimento científico, tem poucas condições de eficácia e certamente se tornara uma forma de alienação. (Paviani. 1986, p. 55).

Segundo Borges e Reis (2012, p.30) que “O manual didático foi e ainda continua sendo uma forma de as elites perpetuarem seu domínio” (2012, p.30). Percebemo-lo como um recurso didático, que o professor pode optar em usar, não sendo obrigatório, mas em todas as escola onde estamos fazendo a pesquisa ao conversar com os professores da disciplina de História me afirmaram que o livro didático constitui a principal fonte de estudo para os alunos. Ainda é mais aceitável a cultura elitista, em detrimento das culturas dadas como popular<sup>10</sup>. Para Romanelli (1985, p. 20), a cultura tem uma definição bem abrangente, “ela é o próprio modo de ser humano”, esta ligada ao modo dele se representar na sociedade. Se então, quando deixamos de atender a uma logica de dominação, que legitima um grupo, e aponta o outro como inferior ou relacionado a algum esteriótipo<sup>11</sup>, abre espaços para outras realidades se afirmarem. Para Paviani, o professor tem um papel muito importante que carrega grande responsabilidade.

Um carpinteiro ou eletricista, mesmo não sendo capaz de teorizar a pratica, não prejudica seu desempenho profissional ao executar mecanicamente as tarefas que lhes são solicitadas. O professor, ao contrario, necessita ter

---

<sup>10</sup> O popular no sentido concebido por Roger Chartier em “*Cultura Popular*”: *revisitando um conceito historiográfico* (1995).

<sup>11</sup> No sentido dado por Horta (1991), “o esteriótipo é a ideias de que temos de algo ou alguém, a imagem que surge espontaneamente, logo que se trata de um determinado assunto. É a representação de um objecto mais ou menos desligada da nossa realidade objectiva, partilhada pelos membros de um grupo social com uma certa estabilidade”

clareza sobre as possibilidades e fins do ato de ensinar. (Paviani. 1986, p. 55).

Nesse sentido, a responsabilidade do professor e do material didático é evidenciada. Como é ressaltado no Parecer Homologado resolução nº 1, de 17 de junho de 2004<sup>12</sup>, existe grande importância na aplicação da lei e ainda, promoção de políticas públicas que viabilizem o acesso ao ensino e a igualdade racial.

à demanda da população afrodescendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. Nesta perspectiva, propõe à divulgação e produção de conhecimentos, a formação de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial - descendentes de africanos, povos indígenas, descendentes de europeus, de asiáticos – para interagirem na construção de uma nação democrática, em que todos, igualmente, tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.(idem.).

outros textos trabalham essa mesma ideia de reconhecer e valorizar a “História e cultura afro-brasileira” no âmbito educacional, em tentativa de resultados favoráveis. Nos projetos políticos pedagógicos foi nota pouca preocupação com a cultura afro-brasileira, somente uma escola agendada uma palestra voltada para essa temática.

## Considerações Finais

A questão da obrigatoriedade do ensino da temática “História e cultura afro-brasileira” a partir das leis de nº 10.639/2003 modificada pela lei nº 11.645/2008, é percebido como um grande passo nessa caminhada de reconhecimento e valorização das manifestações de cunho afro e suas histórias. Partido da escola que é uma instituição de grandes contribuições para a formação do pensamento corrente na sociedade, e também para a formação da identidade dos sujeitos.

<sup>12</sup> CONSELHEIROS: SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e, CURY, Carlos Roberto Jamil, ÂNGELO, Francisca Novantino Pinto de, e LOPEZ, Marília Ancona.

Os resultados desta pesquisa estão se transformando em texto. O cronograma tem sido cumprido em acordo com o plano de trabalho. No que tange aos objetivos: as leituras indicadas pelo orientador e outras buscadas por nossa conta, tem nos possibilitado a entender as relações do passado e do presente impressas nas relações educacionais, o resultado final da pesquisa será divulgado em forma de TCC um pouco mais detalhado.

## Agradecimentos

Nosso agradecimento ao programa de bolsas de iniciação científica da UEG (PIBC).

## Referências

- BHABHA, Homi K. ***O Local das Culturas***. Belo Horizonte: UFMG, 1998
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. ***Lei 10.639 de 09 de janeiro de 2003***.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. ***O que é Educação***. 12<sup>o</sup> ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- BENTO, Luiz Carlos. ***Livro Didático e Historiografia: Um debate acerca do conceito de História produzido pelos livros didáticos, entre 2001 e 2005***. GEPHEGO On-line, 2008.
- BORGES, Lukas Magno e REIS, Wander Carlos Soares dos. ***O Indígena e o Negro no Livro Didático e na Escola: Estudos de Caso Ceres e Itapuranga-Go (2011-2012)***. UEG (Câmpus de Itapuranga), 2012
- DAMATTA, Roberto. ***O que faz o Brasil, Brasil?***. Rio de Janeiro: ed. Rocco, 1986
- FOUCAULT, Michel. ***Microfísica do Poder***. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- GEERTZ, Clifford. ***A Interpretação das culturas***. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GOMES, Wilson de Sousa. ***A cultura, a educação e a capoeira: considerações acerca de alguns conceitos***. In: Revista Expedições: Teoria da História &

Historiografia. Ano 1, nº2, 2011 (Universidade Estadual de Goiás Câmpus de Jussara).

PAVIANI, Jayme. **Problemas de Filosofia da Educação**. 4ªed. Petrópolis – RJ: Vozes, 1988.

MARROU, Henri-Irenné. **Sobre o conhecimento histórico**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

RASSI, Sarah Taled. **O Brasil Também é Negro**. Goiânia: UCG, 2004

SCHWARCZ, Lilia K. Moritz, **Raça como Negociação: sobre teorias raciais em finais do século XIX no Brasil**. IN: Brasil Afro - brasileiro. 2º ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.